

O indevido processo legislativo na desestatização da Eletrobras

Autor(a): Egon Bockmann Moreira

Publicado em: 06 de julho de 2021

Publicação: jota_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-eletobras>

Fonte original: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-eletobras>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-eletobras#ep-7ac9a6e8

Resumo

Legislar não é amontoar truques em favor de interesses

Texto integral

“Tal é o poder da lei que a sua elaboração demanda precauções severíssimas. Quem faz a lei é como se estivesse acondicionando materiais explosivos.” As palavras de Victor Nunes Leal, em artigo de 1945, nunca estiveram tão atuais. Os legisladores brasileiros têm abusado, deturpando cada vez mais a própria competência de fazer leis. Exemplo disso é a traquinagem feita com a MP 1.031/2021, sobre a desestatização da Eletrobras, cujo projeto de lei de conversão transformou o art. 1º num monstro de 1.202 palavras. Só o § 1º desse dispositivo ocupa mais de duas páginas, tamanhos os jabutis impostos em benefício de grupos de interesse bem organizados. Como o sistema de vetos presidenciais brasileiros é peculiar mas não tropa e admite veto a artigos inteiros, mas não a partes, a técnica legislativa foi manuseada para impedir o veto às extravagâncias legislativas, que derrubaria toda a desestatização. A política pública tornou-se refém de interesses específicos. Escrever leis não é amontoar palavras, arrancando vantagens como se fossem o resgate de um sequestro. O devido processo legislativo (Constituição, art. 59 ss.) tem sua aplicabilidade definida pela LC 95/1998 – à qual os parlamentares devem obediência, especialmente quanto à estruturação normativa e à função ocupada pelos artigos, parágrafos e incisos. Basta ler o art. 7º da LC 95 – “O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação...” – para constatar que o processo legislativo foi deturpado. As leis devem ser “redigidas com clareza, precisão e ordem lógica”; os artigos precisam ter seu conteúdo restrito “a um único assunto ou princípio” e os parágrafos destinam-se a expressar “os aspectos complementares à norma enunciada no artigo e as exceções à regra por este estabelecida” (LC 95, art. 11, caput e inc. III, alíneas “b” e “c”). Nada disso foi respeitado na conversão da MP 1.031. O critério jurídico para a elaboração de leis parece ter sido maliciosamente desprezado e os parágrafos do art. 1º desceram a minúcias concretas, impróprias à constitucionalidade de qualquer lei. Como alertou o Professor Paulo Modesto em recente artigo, trata-se de outra “situação de fraude ao devido processo legislativo”. E quando cogitamos de legisladores atuando em fraude, o problema é muito mais sério: leis em desvio de finalidade, a corromper o exercício dos mandatos. Quais seriam as consequências dessa conjugação de desrespeito à Constituição e à LC 95? Estaríamos diante da possibilidade de

veto a partes formais do artigo que, em substância, constituem dispositivos autônomos? Poder-se-ia cogitar de controle judicial que preservasse a essência da MP 1.031, modulando sua constitucionalidade por meio de supressão da eficácia das parcelas abusivas? Mas este tema é igualmente desafiador, pois pode bulir com outras fronteiras, delimitadoras da competência do Poder Judiciário. Aqui, aproveitando as palavras de Nunes Leal, estamos tratando já de manipular os materiais explosivos.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

MOREIRA, Egon Bockmann. O indevido processo legislativo na desestatização da Eletrobras. *jota_import*, 6 jul. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras>. Acesso em: 26 ago. 2026.

APA 7ª edição

Moreira, E. B. (2021, July 6). O indevido processo legislativo na desestatização da Eletrobras. **jota_import**. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

MOREIRA, Egon Bockmann. 2021. "O indevido processo legislativo na desestatização da Eletrobras." **jota_import**, July 06. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras>

BibTeX

```
@article{egon-bockmann-moreira-o-indevido-processo-legislativo-na-deses-2021,  
  author = {Moreira, Egon Bockmann},  
  title = {O indevido processo legislativo na desestatização da Eletrobras},  
  journal = {jota_import},  
  year = {2021},  
  url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/publicistas/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras},  
  urldate = {2021-07-06}  
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilhalguar 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/egon-bockmann-moreira/o-indevido-processo-legislativo-na-desestatizacao-da-elektrobras>

PDF gerado em 2026-08-26 19:30 UTC